

PRIMEIRO ADITAMENTO À
ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS E QUIROGRAFÁRIAS DA
QUARTA EMISSÃO DE COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José 20, grupo 1602, parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.042.730/0001-04, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista 2439, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu contrato social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

CONSIDERANDO que houve a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos Coordenadores (conforme definido abaixo) e que a taxa da Remuneração das Debêntures foi aprovada pelo conselho de administração da Emissora em reunião realizada em 24 de abril de 2006;

resolvem aditar e re-ratificar a "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Quarta Emissão de Companhia Siderúrgica Nacional" que, nos termos deste "Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Quarta Emissão de Companhia Siderúrgica Nacional" ("Escritura de Emissão"), passa, para todos os fins de direito, a constar com os seguintes termos e condições:

I
DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações (i) da reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em 20 de dezembro de 2005, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 5 de janeiro de 2006 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 4 de janeiro de 2006 e nos jornais "Gazeta Mercantil" e "Jornal do Commercio" em 3 de janeiro de 2006; e (ii) da reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em 24 de abril de 2006, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "Gazeta Mercantil" e "Jornal do Commercio".



II
DOS REQUISITOS

2.1 A emissão e a distribuição pública das Debêntures serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão deverá ter sido inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro;
- II. *registro para distribuição no mercado primário.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário na Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), entidade de mercado de balcão organizado, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), sendo processadas pela CETIP a liquidação financeira das Debêntures;
- III. *registro para negociação no mercado secundário.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (a) na CETIP, por meio do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), sendo processadas pela CETIP a custódia e a liquidação financeira da negociação das Debêntures; e (b) no Sistema BovespaFix ("BovespaFix"), administrado e operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo processadas pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC") a custódia e a liquidação financeira da negociação das Debêntures;
- IV. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.404/76"), da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e
- V. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão deverá ser registrada na ANBID no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, em atendimento ao artigo 20 do Código de Auto-Regulação ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 22 de setembro de 2005 ("Código de Auto-Regulação da ANBID").



III
DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social a fabricação, transformação, comercialização, inclusive a importação e exportação de produtos siderúrgicos e dos subprodutos derivados da atividade siderúrgica, bem como a exploração de quaisquer outras atividades correlatas e afins, que direta ou indiretamente digam respeito às finalidades da Emissora, tais como indústrias de mineração, de cimento e de carboquímicos, fabricação e montagem de estruturas metálicas, construção, transporte, navegação, atividades portuárias.

IV
DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures serão integralmente aplicados no reforço do capital de giro da Emissora, incluindo a aquisição de insumos no curso normal dos negócios da Emissora.

V
DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 5.1 *Número da emissão.* As Debêntures representam a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.
- 5.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 5.3 *Quantidade.* Serão emitidas 60.000 (sessenta mil) Debêntures.
- 5.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 5.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 5.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta um relatório de posição de ativos, acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos; e (ii) para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.



- 5.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 5.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie sem preferência (quirografia), nos termos do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76.
- 5.8.1 *Limite de emissão.* A emissão das Debêntures obedece ao limite previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, tendo em vista que, na Data de Emissão, (i) o capital social da Emissora é de R\$1.680.947.363,71 (um bilhão, seiscentos e oitenta milhões, novecentos e quarenta e sete mil trezentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos); e (ii) a emissão das Debêntures, somada (a) às debêntures da segunda emissão da Emissora em circulação, no valor de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais); e (b) às debêntures da terceira emissão da Emissora em circulação, no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), totalizam R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais).
- 5.9 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de fevereiro de 2006 ("Data de Emissão").
- 5.10 *Prazo e data de vencimento.* As Debêntures terão prazo de vencimento de 72 (setenta e dois) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de fevereiro de 2012 ("Data de Vencimento").
- 5.11 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, devendo a distribuição ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de *bookbuilding* a que se refere a Cláusula 5.17.1 abaixo.
- 5.12 *Prazo de subscrição.* Respeitadas (i) a concessão do registro da distribuição pública das Debêntures pela CVM; (ii) a publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures; e (iii) a colocação do Prospecto Definitivo (conforme definido abaixo) à disposição dos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures.
- 5.13 *Forma de subscrição e de integralização.* A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP e do SDT. O pagamento do Preço de Subscrição (conforme definido abaixo) deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional.
- 5.14 *Preço de subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Subscrição").



- 5.15 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do SND e do Bovespa Fix.
- 5.16 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento.
- 5.17 *Remuneração.* Sobre o Valor Nominal das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103,6% (cento e três inteiros e seis décimos por cento), definido de acordo com o disposto na Cláusula 5.17.1 abaixo, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.
- 5.17.1 *Coletas de intenções de investimento (bookbuilding).* Para definição da Remuneração, foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores por meio da coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, sendo tal procedimento realizado, e a Remuneração divulgada, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, e que foi ratificada pelo conselho de administração da Emissora.
- 5.17.2 *Periodicidade de pagamento da Remuneração.* A Remuneração será devida semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de agosto de 2006 e, o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do 1º (primeiro) dia útil anterior à data de pagamento.
- 5.17.3 *Fórmula para cálculo da Remuneração.* A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:
- $JR = VN \times [FatorDI - 1]$, onde:
- JR = valor da Remuneração a ser paga nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VN = Valor Nominal das Debêntures no início de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e



FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \times [1 + (TDI_k \times S/100)], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia " k ";

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro; e

S = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais (valor referido na Cláusula 5.17 acima e definido nos termos da Cláusula 5.17.1 acima).

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k \times S/100)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k \times S/100)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos



[Handwritten signature]

demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao Valor Nominal das Debêntures para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

5.17.4 *Não divulgação da Taxa DI.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes desta Escritura de Emissão, não houver apuração e/ou divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 5.17.5 abaixo.

5.17.5 *Substituição da Taxa DI.* Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Na impossibilidade de substituição da Taxa DI nos termos acima, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento que der causa à convocação da referida assembléia geral de debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial de remuneração das Debêntures, à qual será aplicada a mesma Remuneração definida no procedimento de *bookbuilding* a que se refere a Cláusula 5.17.1 acima, de forma que, além de se preservar o valor real das Debêntures, sejam as mesmas remuneradas nos mesmos níveis anteriores. Caso debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, não aprovem a proposta da Emissora sobre o novo parâmetro, as Debêntures em circulação deverão ser resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, na sua totalidade pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encerramento da



assembléia geral de debenturistas a que se refere esta Cláusula. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de resgate, conforme o caso, fica desde já acordado que será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, calculada *pro rata temporis* desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro, ou até a data de pagamento do valor de resgate, conforme o caso.

5.18 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.

5.19 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

5.20 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

5.22 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

5.23 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da



CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.

5.23.1 Caso qualquer debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.

5.24 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo.

5.25 *Publicidade.* Exceto o anúncio de início da distribuição pública das Debêntures, o anúncio de encerramento da distribuição pública das Debêntures, o aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM n.º 400/03 e eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação anúncio de encerramento da distribuição pública das Debêntures, que somente serão publicados nos jornais "Gazeta Mercantil", edição nacional, e "Jornal do Commercio", todos os demais atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "Gazeta Mercantil", edição nacional, e "Jornal do Commercio", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação do aviso. A Emissora poderá alterar os jornais acima por outros jornais de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, nos jornais a serem substituídos.

5.26 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão



consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

I. para a Emissora:

Companhia Siderúrgica Nacional
Av. Brig. Faria Lima 3400, 20º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Diretor Financeiro
Telefone: (11) 3049-7553
Fac-símile: (11) 3049-7502

II. para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee D.T.V.M. Ltda.
Av. Paulista 2439, 11º andar
01311-300 São Paulo, SP
At.: Srta. Viviane A. Rodrigues dos Santos
Telefone: (11) 2172-2600
Fac-símile: (11) 3060-9575

- 5.27 *Instituição depositária.* Banco Itaú S.A. será o prestador de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures ("Instituição Depositária", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula).

VI

VENCIMENTO ANTECIPADO

- 6.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso II abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.1.2 abaixo), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- I. (a) pedido de autofalência apresentado pela Emissora ou qualquer Controlada Relevante (conforme definido abaixo) da Emissora; (b) decretação de falência da Emissora ou de qualquer Controlada Relevante da Emissora; (c) pedido de recuperação judicial ou de



recuperação extrajudicial formulado ou iniciado pela Emissora ou por qualquer Controlada Relevante da Emissora; ou (d) liquidação da Emissora;

- II. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias, contados das suas respectivas datas de vencimento, exceto pelo Valor Nominal, cujo não pagamento não tem prazo de cura;
- III. não cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, sendo certo que, sem prejuízo dos demais incisos que tenham prazo de cura específico, o disposto neste inciso não se aplica a qualquer outro inciso desta Cláusula ou a qualquer outra hipótese de inadimplemento prevista expressamente nos demais incisos desta Cláusula;
- IV. protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer Controlada (conforme definido abaixo) da Emissora, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais conforme cotação divulgada pelo Banco Central do Brasil, via SISBACEN, no Boletim de Taxas de Câmbio e de Mercado, código PTAX800, opção 5/venda, moeda 220, verificada para a liquidação financeira de obrigações vencíveis em determinada data e divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia útil imediatamente anterior à data do evento ("Taxa de Conversão"), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta), dias contados da data do protesto tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;
- V. falta de pagamento, pela Emissora ou por qualquer Controlada da Emissora, de quaisquer dívidas financeiras em valor unitário igual ou superior a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais pela Taxa de Conversão, se tal não pagamento não for sanado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de vencimento de tal pagamento;



- VI. vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras da Emissora ou de qualquer Controlada da Emissora, em valor unitário igual ou superior a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais pela Taxa de Conversão, exceto se tal vencimento antecipado ocorrer por opção da Emissora (ou da Controlada da Emissora, conforme o caso), neste caso desde que não tenha ocorrido qualquer inadimplemento;
- VII. as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- VIII. transferência, cessão ou promessa de transferência ou de cessão, pela Emissora a terceiros, dos direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos debenturistas reunidos em assembléia geral de debenturistas;
- IX. não manutenção, pela Emissora, de seguro adequado para os seus bens, conforme práticas correntes de mercado, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário;
- X. fusão, incorporação (aplicável apenas quando a Emissora for a incorporada) ou cisão da Emissora, exceto se (a) a operação tiver sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação ou de, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação quando se tratar de fusão ou incorporação da Emissora na Vicunha Siderurgia S.A., Vicunha Aços S.A. ou Vicunha Steel S.A.; ou (b) tiver sido assegurado aos debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação da(s) ata(s) da(s) assembléia(s) geral(is) relativa(s) à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração;
- XI. ocorrência de quaisquer das operações previstas neste inciso envolvendo a Emissora: (a) incorporação pela Emissora (aplicável apenas quando a Emissora for a incorporadora) exceto se, após a ocorrência de tal incorporação, a Emissora esteja cumprindo todos os compromissos e obrigações assumidos nesta Escritura de Emissão; ou (b) venda, arrendamento ou qualquer forma de alienação ou transferência de todos os ativos permanentes ou de parcela substancial



dos mesmos, exceto se (i) a empresa receptora de tais ativos permanentes ou de tal parcela substancial dos mesmos ("Sucessora") for uma sociedade constituída no Brasil, em qualquer estado dos Estados Unidos da América ou em outro país *investment grade*, e assuma expressamente o pagamento devido de todas as obrigações relacionadas às Debêntures, assim como o cumprimento de todos os compromissos e obrigações da Emissora relacionados às Debêntures; e (ii) após a ocorrência de tal venda, arrendamento, alienação ou transferência, a Sucessora esteja cumprindo todos os compromissos e obrigações assumidos nesta Escritura de Emissão;

- XII. criação ou permissão, pela Emissora, da existência de qualquer Garantia (conforme definido abaixo) outra que as Garantias Permitidas (conforme definido abaixo), seja sobre a totalidade ou parte de receitas ou ativos de sua propriedade, presentes ou futuros (inclusive sobre capital subscrito e não integralizado), destinada a garantir qualquer Emissão de Dívida Externa (conforme definido abaixo) ou garantia sobre ela, exceto no que diz respeito a garantias relacionadas à Emissão de Dívida Externa que não exceda, em seu valor agregado, o equivalente a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) da Emissora por ocasião da concessão de tal garantia, salvo se, na mesma ocasião, a Emissora garantir as Debêntures e as demais obrigações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme o caso, de forma satisfatória ao Agente Fiduciário ou oferecer outra garantia que seja aprovada por debenturistas reunidos em assembléia geral de debenturistas;
- XIII. as declarações previstas na Cláusula 10.1 abaixo provarem-se substancialmente falsas ou incorretas, mediante apresentação, pelo Agente Fiduciário, de documentos comprobatórios neste sentido;
- XIV. desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda, pela Emissora ou por qualquer Controlada da Emissora, da propriedade ou da posse direta ou indireta de mais de 80% (oitenta por cento) dos seus ativos, conforme previsto nas Demonstrações Financeiras (conforme definido abaixo) da Emissora, ou na incapacidade, pela Emissora ou por qualquer Controlada Relevante da Emissora, de gestão de seus negócios, desde que tal desapropriação, confisco ou qualquer outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento, por parte da Emissora, das obrigações relativas às Debêntures;
- XV. não pagamento, pela Emissora ou por qualquer Controlada da Emissora, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora ou qualquer Controlada da Emissora,



conforme o caso, em valor unitário superior a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais pela Taxa de Conversão, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data estipulada para pagamento; ou

- XVI. ocorrência de qualquer procedimento de seqüestro, arresto ou penhora de ativos diretos ou indiretos da Emissora, cujo valor contábil unitário seja superior a 80% (oitenta por cento) do Patrimônio Líquido da Emissora à época, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo máximo 60 (sessenta) dias contados de seu início.

Para os fins desta Escritura de Emissão, entende-se por:

"Controlada": qualquer sociedade, entidade ou pessoa jurídica na qual uma Pessoa, diretamente ou por meio de uma ou mais Controladas de tal Pessoa, cumulativamente (i) seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maior parte dos administradores; e (ii) use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade, entidade ou pessoa jurídica; observado entretanto que "Controlada" não deve incluir qualquer sociedade, entidade ou pessoa jurídica na qual, apesar de ser titular de direitos mencionados no item (i) acima, não possa exercê-los individualmente por força de contrato.

"Controlada Relevante": qualquer Controlada (i) cujos ativos, juntamente com aqueles de suas subsidiárias, considerados de forma consolidada, sem duplicação, representem 5% (cinco por cento) ou mais dos ativos consolidados da Emissora, conforme previsto nas Demonstrações Financeiras da Emissora; ou (ii) cujo lucro operacional, juntamente com aquele de suas subsidiárias, considerados de forma consolidada, sem duplicação, represente 5% (cinco por cento) ou mais do lucro operacional consolidado da Emissora, conforme previsto nas Demonstrações Financeiras da Emissora.

"Demonstrações Financeiras": as mais recentes demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, auditadas ou com revisão limitada nos termos das normas da CVM, conforme o caso, entregues ao Agente Fiduciário de acordo com as disposições desta Escritura de Emissão.

"Dívida Externa": qualquer Dívida pagável (ou passível de pagamento) (i) em moeda, ou atrelada a moeda, que não a moeda corrente no Brasil por ocasião de tal pagamento; e (ii) a Pessoa não residente no Brasil.

"Dívida": qualquer obrigação ou valor devido (presente ou futuro, real ou contingente) por força de instrumento ou documento envolvendo ou



evidenciando empréstimos de dinheiro ou recursos recebidos, adiantamentos de crédito, venda sob condição, transferências com coobrigação ou condicionada à obrigação de recompra ou decorrente de arrendamento com os mesmos efeitos econômicos que qualquer dos instrumentos acima mencionados e que constitua, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, obrigação financeira.

"Emissão de Dívida Externa": qualquer Dívida Externa, seja ela presente ou futura, real ou contingente, representada por títulos, debêntures ou outros valores mobiliários que sejam, no momento ou futuramente, listados ou negociados em qualquer bolsa, sistema de negociação automatizado, mercado de balcão ou outro mercado de títulos e valores mobiliários fora do Brasil.

"Garantia": hipoteca, penhor ou qualquer outro ônus, gravame ou direito de garantia equivalente, incluindo mas não se limitando a qualquer outro criado ou existente de acordo com a legislação brasileira.

"Garantias Permitidas": qualquer Garantia criada sobre créditos advindos de contratos celebrados pela Emissora, representando créditos a receber devidos à Emissora relacionados a vendas de aço ou derivados efetuadas pela Emissora a qualquer Pessoa.

"Patrimônio Líquido": a qualquer tempo, o montante de capital integralizado, reservas e lucros acumulados relacionados nas Demonstrações Financeiras da Emissora.

"Pessoa": qualquer indivíduo, empresa, sociedade, *joint venture*, associação, organização, Estado, agência estatal ou outra entidade, independentemente de possuir personalidade jurídica distinta.

"Recebíveis": recebíveis relacionados a vendas, sejam elas passadas, presentes ou futuras.

- 6.1.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I a XII da Cláusula 6.1 acima, que deverão ser informados pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ocorrência do respectivo evento, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.
- 6.1.2 Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos na Cláusula 6.1 acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.1.1 acima), que deverão ser informados pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ocorrência do respectivo evento, e estando estes eventos ainda não sanados, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.5 e 8.5.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data em que for constatada sua ocorrência, assembléia geral de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em



lei. Se, na referida assembléia geral de debenturistas, debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembléia geral de debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

- 6.1.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II da Cláusula 6.1 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 (dez) dias úteis contados de comunicação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

VII

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

- 7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das suas Demonstrações Financeiras, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas de declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e de que não houve e nem é existente qualquer evento previsto na Cláusula 6.1 acima;
- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das suas Demonstrações Financeiras, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas de declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e de que não houve e nem é existente qualquer evento previsto na Cláusula 6.1 acima;



- (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la) ("Instrução CVM n.º 202/93"), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - (d) avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, assim como extratos de atas de assembléias gerais e reuniões do conselho de administração, desde que envolvam diretamente o interesse dos debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem arquivados na respectiva Junta Comercial;
 - (e) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado (observado o disposto nesta Escritura de Emissão), de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão; e
 - (f) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ocorrência do respectivo evento, informações sobre a ocorrência do previsto na Cláusula 6.1 acima, para que o Agente Fiduciário tome as providências cabíveis;
 - (g) qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva solicitação;
- II. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ressalvadas aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- III. manter e fazer com que suas Controladas mantenham, todas as licenças operacionais, ambientais, de funcionamento e demais licenças, em qualquer caso essenciais à consecução e desenvolvimento de seu objeto social, ressalvadas as licenças questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judiciais, ou cuja ausência não cause um impacto material adverso na condição financeira da Emissora;
- IV. manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária e ambiental, e quaisquer outras obrigações impostas por lei, , ressalvadas



as obrigações questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

- V. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- VI. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos anualmente, as suas Demonstrações Financeiras previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, observando as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- VII. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- VIII. manter todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor; e
- IX. contratar e manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa Fix);
- X. contratar, para o início da distribuição pública das Debêntures, e manter atualizada, pelo menos anualmente, às suas expensas, a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo recebimento pela Emissora; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação de risco das Debêntures;
- XI. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos do inciso III da Cláusula 8.3 abaixo;
- XII. notificar imediatamente o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembléia geral de debenturistas pela Emissora; e



XIII. comparecer às assembleias gerais de debenturistas sempre que solicitada.

VIII
DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na correta forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora, declarando que.

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28/83"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/83;
- V. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VI. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VII. verificou a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
- VIII. é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- IX. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- X. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- XI. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos.

8.2 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim, independentemente de anuência ou concordância da Emissora;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes à data de assinatura desta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;



- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembléia geral de debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembléia geral de debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos debenturistas nos termos das Cláusulas 5.25 e 5.26 acima;
- IX. o Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição; e
- X. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.3 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:
- I. receberá uma remuneração de R\$6.000,00 (seis mil reais) por trimestre, devida pela Emissora, sendo (a) a primeira parcela trimestral da remuneração devida até o 5º (quinto) dia útil contado da data de concessão do registro da emissão das Debêntures pela CVM, e as demais, na mesma data dos trimestres subsequentes; (b) reajustada anualmente, desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão, pela variação do IGPM, ou pelo índice que eventualmente o substitua; e (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza;
- II. poderá, a partir do 60º (sexagésimo) dia de inadimplência no pagamento da remuneração a que se refere o inciso I acima por parte da Emissora, emitir boleto de cobrança do valor em atraso para os debenturistas na proporção de suas participações na emissão das Debêntures para poder continuar o Agente Fiduciário a prestar e manter a qualidade dos serviços contratados;
- III. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos



debenturistas ou para realizar seus créditos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo despesas com:

- (a) especialistas, caso sejam considerados necessários em base razoável, tais como auditoria, fiscalização, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas;
- (b) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (c) extração de certidões;
- (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas;

IV. poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere o inciso III acima, solicitar aos debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos debenturistas (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas; e (b) excluem os debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação; e



- V. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso IV acima será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.
- 8.4 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
 - II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
 - III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
 - IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - VI. verificar a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
 - VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
 - VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
 - IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
 - XI. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora, necessárias e pertinentes



dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública;

- XII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XIII. convocar, quando necessário, assembléia geral de debenturistas e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembléia geral de debenturistas;
- XIV. comparecer à assembléia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da realização da assembléia geral de debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembléia geral de debenturistas;
- XV. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei 6.404/76, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as Demonstrações Financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora; e



- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XVI. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XV acima até o dia 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP, na Bovespa e na sede da instituição líder da distribuição das Debêntures;
- XVII. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 5.25 acima, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;
- XVIII. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CETIP e à Bovespa, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, a CETIP e a Bovespa a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos debenturistas;
- XIX. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos debenturistas as eventuais inadimplências verificadas; e
- XXI. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM, à CETIP e à Bovespa.

No caso de inadimplemento da Emissora de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na



Cláusula 6.1 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 6.1, 6.1.1 e 6.1.2 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da Emissora.

8.5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.1 e 6.1.1 a 6.1.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 8.5 acima se, convocada a assembléia geral de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos debenturistas em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 8.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

IX

DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia geral de debenturistas a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 9.2 A assembléia geral de debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A assembléia geral de debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.4 A presidência da assembléia geral de debenturistas caberá ao debenturista eleito por debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação presentes na respectiva assembléia geral de debenturistas, ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.5 Nas deliberações da assembléia geral de debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, as



deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto nas Cláusulas 5.17.4 e 5.17.5 acima; (c) de quaisquer datas de pagamento da Remuneração ou da Data de Vencimento; e (d) da espécie das Debêntures, que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

9.6 Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer assembléia geral de debenturistas, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora, a qualquer controladora ou Controlada da Emissora, ou a qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas; e (ii) do quorum de deliberação em qualquer assembléia geral de debenturistas, além do disposto no item (i) acima, também serão excluídos os votos em branco.

9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias gerais de debenturistas.

9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia geral de debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.9 Aplica-se à assembléia geral de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

X

DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

10.1 A Emissora neste ato declara que, nesta data:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;



- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a colocação das Debêntures, (a) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora (ou suas Controladas) seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora (ou de suas Controladas); e (b) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora (ou de suas Controladas), exceto por aqueles já existentes na data de assinatura desta Escritura de Emissão; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- VI. os prospectos preliminar (se for o caso) e definitivo ("Prospectos") (a) contêm, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das Debêntures, da Emissora e suas Controladas e suas respectivas atividades e situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às atividades da Emissora e de suas Controladas; (b) não contêm declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código de Auto-Regulação da ANBID;
- VII. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora e às suas Controladas foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- VIII. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- IX. ressalvadas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito, conforme mencionado nos Prospectos, em seu melhor conhecimento, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e



determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

- X. ressalvadas as obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito, conforme mencionado nos Prospectos, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XI. ressalvadas as contingências informadas nos Prospectos, inexistem, em seu melhor conhecimento, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade, ou em qualquer de suas Controladas, nas suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão; e
- XII. o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM.

10.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

XI DAS DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a estruturação, emissão, inscrição, distribuição e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente



Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

XII

DA RENÚNCIA

- 12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XIII

DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E DA EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula



invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

- 14.3 Qualquer modificação, alteração ou aditamento a esta Escritura de Emissão somente será válido se, e apenas se, efetuado por documento escrito, assinado pelo Agente Fiduciário, desde que autorizado pelos debenturistas de acordo com os quoruns previstos nesta Escritura de Emissão, e pela Emissora.

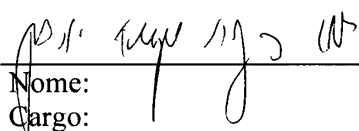
XV
DO FORO

- 15.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

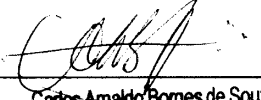
São Paulo, 24 de abril de 2006.

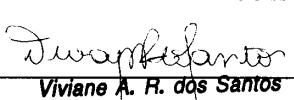
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL


Nome: _____
Cargo: _____

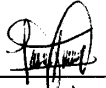

Nome: _____
Cargo: _____


PLANNER TRUSTEE DITRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


Nome: Carlos Amado Borges de Souza
Cargo: diretor


Nome: Viviane A. H. dos Santos
Cargo: Procuradora

Testemunhas:


Nome: Rubia Ruzza Amselein
Id.: RG: 30.774.233 X


Nome: Rubia Ruzza Amselein
Id.: RG: 30.774.233 X



